

OS CONVIDADOS

Já vencemos o contágio



JORGE BRAGA DE MACEDO
Economista



JOSÉ BRAZ
Economista

Concretizou-se o perigo anunciado: os mercados financeiros receiam taxas de juro demasiado baixas e políticas orçamentais demasiado laxistas na Zona Euro. Com o escudo, fomos castigados pelos mercados financeiros com taxas de juro mais elevadas e realinhamentos no Sistema Monetário Europeu, mas vencemos o contágio da peseta; com o euro, deixou de haver pressão para as reformas e elevados défices das contas externas revelam sucessivas perdas de competitividade e quota de mercado.

Durante o boom da economia global havia muita liquidez e até as economias menos dinâmicas tinham acesso fácil ao crédito. A crise veio alterar esta situação de forma dramática, atingindo primeiro as instituições financeiras e agora as dívidas soberanas. Começou com a Grécia, mas é só o início. Da mesma forma que inicialmente ninguém acreditava

que pudesse ir à falência qualquer dos grandes bancos globais (o Governo americano interveio para assegurar a sobrevivência da Bear Stearns, mas isso não resolveu a crise), achamos agora que a Europa não deixará falir um Estado membro. Mas, quando chegou a vez do Lehman Brothers, o Governo americano decidiu que não era possível salvar todos os grandes bancos. Por analogia, dificilmente se vai conseguir idêntico esforço de apoio por parte das instâncias comunitárias e internacionais.

Para vencermos outra vez o contágio, devemos reconhecer a artificialidade do nosso actual nível de bem-estar. Sem o euro, estaríamos muito mais pobres e a solução passaria por uma desvalorização, talvez de 20% ou 30%, para repor a nossa competitividade e equilibrar as contas externas, tornando as importações mais caras e as nossas exportações mais baratas no exterior. Haveria uma diminuição de bem-estar generalizada e mais inflação, atingindo especialmente os mais pobres. Com uma desvalorização, a desigualdade de rendimentos entre ricos e pobres ficaria ainda pior. Mau grado o euro, podem-se replicar os efeitos duma desvalorização na economia portuguesa, de forma menos fácil mas mais efectiva. Um corte nominal de salários e prestações sociais seria mais efectivo

porque representa uma diminuição de despesa pública e não um aumento de impostos. Os irlandeses tomaram uma decisão idêntica e, apesar de estarem perante desequilíbrios externo e interno piores que os nossos, não têm sofrido ataques dos mercados financeiros. Mostraram que reconhecem o problema e que estão preparados para restabelecer o equilíbrio e os mercados acreditaram. Tal corte provocaria um coro de protestos quanto à sua constitucionalidade, de que não se pode reduzir o nível nominal dos rendimentos. Mas a Constituição deve servir, não impedir, os interesses das pessoas e pode ser alterada sempre que uma maioria qualificada do Parlamento o queira. Dificilmente poderia haver causa mais merecedora de consenso bipartidário que esta.

Explicada a necessidade de ajustar os nossos rendimentos de forma ordenada, uma solução seria impor um corte diferenciado de salários e prestações sociais (pensões, subsídios de desemprego e outras) que excluísse os níveis inferiores a dois salários mínimos (SM) e se aplicasse a uma taxa uniforme nos rendimentos acima desse nível. Um corte de 15%, por exemplo, implicaria a manutenção do rendimento para quem recebe até 2 SM, uma redução de 5% para quem recebe 3 SM, de 7,5% para 4 SM, de 12% para 10 SM e de

13,5% para quem recebe 20 SM. Estes cortes seriam aplicados aos salários do sector público alargado (incluindo empresas e entidades administrativas autónomas); o sector privado poderia seguir o exemplo ou não consoante as condições de mercado, mas as empresas exportadoras teriam toda a vantagem em efectuar cortes idênticos, para poderem ser mais competitivas. Apesar de significativos, estes cortes seriam inferiores à eliminação dos 13.º e 14.º meses, medida incluída no pacote para a Grécia.

Ao revelarem outra atitude, estas medidas também podem servir para acalmar os mercados, dando-nos tempo e serenidade para sustentar as reformas estruturais profundas na justiça e na educação que são essenciais para tornar a nossa economia mais eficiente e competitiva. A crise cambial de 1992-93 mostrou que se pode vencer o contágio (a nossa experiência governativa da altura deu lugar nomeadamente a uma apresentação no Banco Nacional da Polónia a explicar o processo). A 28 de Fevereiro, um de nós advogou um processo de negociação interno e externo do Programa de Estabilidade e Crescimento. Por altura do chamado “manifesto PEC@CaV”, os *spreads* gregos eram inferiores aos que sofremos agora. Mudando de atitude, podemos voltar a vencer o contágio.

A HISTÓRIA NO DN

Por Francisco Mangas



ARQUIVO DN

Thomaz volta

O secretário-geral da NATO Joseph Luns advertia que se avolumava o “o poderio militar da União Soviética”; os Estados Unidos bloqueavam os portos do Vietname, e a Lisboa, relatava o DN de 10 de Maio de 1972, chegava Américo Thomaz, depois de “missão exemplarmente cumprida” no Brasil. “O Presidente Américo Thomaz chega hoje ao Tejo, de regresso de uma missão por ele cumprida com exemplar devoção e inexcusável aprumo.” Com esta viagem ao Brasil, escrevia ainda o DN, “o senhor almirante Américo Thomaz ganhou novos títulos ao reconhecimento do povo português, que não poderia ser mais digno representante juntos dos nossos irmãos brasileiros”.

EFEMÉRIDES

1913 Nasce João Villaret, um dos grandes actores portugueses.



1933 O partido Nazi de Hitler queima obras de autores proibidos: Goethe, Heine ou Shakespeare.

1944 É adoptada a Declaração de Filadélfia da OIT, que reforça a melhoria de vida dos trabalhadores

1958 Humberto Delgado, candidato da oposição a Belém, pronuncia, em Lisboa, a célebre frase: “Obviamente, demito-o [Oliveira Salazar].”



O CONVIDADO

União Europeia unida perante Cuba intransigente?



PEDRO SEABRA

Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança

Longe vão já os tempos em que Raúl Castro assumiu a presidência em 2008, substituindo o seu irmão e símbolo máximo da Revolução Cubana, Fidel Castro.

Com esta transição pacífica de poder, grandes eram as expectativas da comunidade internacional quanto a uma crescente abertura política do regime vigente e eventual fim do seu isolamento diplomático.

Contudo, se ilusões ainda restavam, os recentes protestos – quer através da trágica greve de fome de Orlando Zapata ou das manifestações pacíficas das “Damas de Branco” – pelos 200 presos políticos ainda em prisões cubanas vieram comprovar a necessidade de manutenção de uma atitude firme perante o constante desrespeito pelos direitos humanos em Cuba.

Neste contexto, e desconhecido para muitos, a União Europeia (UE) retém aqui um papel essencial, muitas vezes subordinado ao tradicional choque mediático entre os EUA e Cuba. Com uma Posição Comum adoptada em 1996 e em grande parte influenciada pelo então primeiro-ministro espanhol, José María Aznar, a UE passou a condicionar o reatar de relações oficiais de melhorias significativas no respeito pelos direitos,

liberdades e garantias. Episódios como a “Primavera Negra” de 2003 e consequente “Guerra dos Cocktails” – que ditaram o aprisionamento de 75 dissidentes cubanos – apenas acentuaram a determinação da UE, que mesmo assim foi capaz de ceder e aligeirar as sanções em 2008, como prova de boa-fé perante a nova liderança. Apesar dos tímidos contactos políticos iniciados, os 27 optaram em 2009 por reafirmar os objectivos da Posição Comum face à evidente falta de vontade em reformar o regime cubano.

No início de 2010, fiel a uma abordagem em consonância com a *realpolitik*, o primeiro-ministro José Luis Zapatero – detentor da

presidência rotativa do Conselho Europeu – anunciou que um dos seus objectivos centrais passaria por rever neste semestre a Posição Comum da UE e por adoptar um quadro de cooperação bilateral de

alto nível, que proporcione mais dividendos do que a política unilateral seguida na última década. Todavia, perante o actual quadro repressivo em Cuba, a UE deve continuar a insistir no respeito pelos direitos humanos, como pré-condição para qualquer espécie de diálogo com o regime cubano.

Ao contrário do que pretende Zapatero, embora porventura admitindo ligeiros ajustes, no essencial a Posição Comum da UE deve continuar inalterada.

“
UE deve continuar a insistir no respeito pelos direitos humanos”